

LUÍS GUSTAVO REIS MUNDIM

PODERES INSTRUTÓRIOS DO
JUIZ NO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL E PROCESSUALIDADE
DEMOCRÁTICA

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2022 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Únes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M965p	Mundim, Luis Gustavo Reis
	Poderes instrutórios do juiz no Código de Processo Civil e processualidade democrática / Luis Gustavo Reis Mundim. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 132p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-283-5
	1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Teoria Geral do Processo. I. Titulo.
	CDD 341.46 CDU 347.9
2021-3587	

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MUNDIM, Luis Gustavo Reis. *Poderes instrutórios do juiz no Código de Processo Civil e processualidade democrática*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 132p. ISBN 978-65-5518-283-5.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
ELEMENTOS DA TEORIA DA COGNIÇÃO NA PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA: UMA DEMARCAÇÃO NECESSÁRIA	
1.1	O rompimento do solipsismo decisório no Estado de Direito Democrático.....17
1.2	Cogestão em perspectiva democrática.....33
1.3	Contraditório, ampla defesa e isonomia: o núcleo democrático da prova.....38
1.4	A prova em espaço processual democrático.....48
1.5	Imparcialidade e processualidade democrática.....53
CAPÍTULO 2	
A COGNIÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ	
2.1	Novos tempos e um novo processo? A escolha do CPC por velhos tempos e uma velha jurisdição.....59
2.2	Afinal, o que é prova para o CPC?.....67
2.3	Ainda sobre a busca da verdade no processo.....71
2.4	Valoração e valorização da prova no modelo cooperativo de processo.....76
2.5	A prova de ofício no CPC.....80
CAPÍTULO 3	
PODERES INSTRUTÓRIOS E A AUSÊNCIA DE DEMOCRATICIDADE JURÍDICO-DECISÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
3.1	A continuidade do privilégio cognitivo do julgador.....85
3.2	A camuflagem do livre convencimento motivado.....88
3.3	Os vieses de cognição e a quebra da imparcialidade.....93

3.4	Cooperação processual e poderes instrutórios: uma tragédia anunciada.....	98
3.5	A falsa ilusão de efetividade pela prova de ofício	102

CAPÍTULO 4

TÉCNICAS PROCEDIMENTAIS DE CONTROLE DA PROVA DE OFÍCIO: PELA EFETIVAÇÃO DA PROCESSUALIDADE E DA IMPARCIALIDADE.....		107
4.1	O incidente de arguição de inconstitucionalidade	107
4.2	A exceção de impedimento e suspeição.....	109
4.3	Saneamento e organização do procedimento: a mitigação dos vieses e o <i>debaising</i>	112
4.4	O Agravo de Instrumento e o rol do artigo 1.015.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		119
REFERÊNCIAS.....		123